



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2018
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	O déficit de cidade e a expansão urbana e imobiliária na Cidade Rururbana de Porto Alegre
<b>Autor</b>	ROGER DE OLIVEIRA BORGES JULIO
<b>Orientador</b>	FABIAN SCHOLZE DOMINGUES

## **O DÉFICIT DE CIDADE E A EXPANSÃO URBANA E IMOBILIÁRIA NA CIDADE RURURBANA DE PORTO ALEGRE**

Autor: Roger de Oliveira Borges Julio

Orientador: Prof.º Dr. Fabian Scholze Domingues

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Economia Urbana

No ano passado, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Economia Urbana (NEPEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) elaborou o mapeamento georreferenciado dos empreendimentos aprovados como Projetos Especiais de Impacto Urbano de 2º grau, estes não seguem as normas gerais do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) para sua região, e são classificados como empreendimentos ou atividades de grande porte ao possuírem área adensável superior a trinta mil metros quadrados ou com guarda veículos superiores a 400 vagas.

Entre os resultados encontrados, observou-se a formação de um “novo bairro” com a implementação de grandes empreendimentos imobiliários na região da Cidade Rururbana de Porto Alegre, localizados nas avenidas Edgar Pires de Castro e Juca Batista. Essa região, apesar de possuir alguns núcleos de ocupação intensiva, é caracterizada pela baixa densificação habitacional. Assim, podemos observar uma modificação do uso e da ocupação do solo através da flexibilização das leis de regime urbanístico, garantida por instrumentos legais do PDDUA.

Desse modo, através das pesquisas sobre a localização de equipamentos urbanos na região essenciais para a população local, os gastos com transporte e o cumprimento das medidas compensatórias que devem ser realizadas pelas empresas responsáveis dos empreendimentos, avaliar a presença e os custos do déficit de cidade nesse processo de urbanização que ocorreu devido a implantação desses Projetos Especiais de Impacto Urbano de 2º grau. Para isso, também serão realizadas entrevistas com moradores da região e a elaboração de um banco de dados informando os gastos com equipamentos públicos realizados com investimento público no período de vigência da última revisão do PDDUA (2010/2018).